

VARIAÇÃO REGIONAL DAS TAXAS DE LUCRO
DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA
EM PORTUGAL (1971)

JOÃO FERRÃO

INTRODUÇÃO

Portugal apresentava, em 1971, uma estrutura do tipo centro-periferia no que diz respeito ao processo de industrialização. De facto, verifica-se uma clara dicotomia entre as áreas mais centrais — sobretudo em torno das cidades de Lisboa e Porto — e o resto do país, sendo as primeiras mais industrializadas e apresentando um ritmo de crescimento mais acentuado. Essa dicotomia alargava-se a outros aspectos do processo produtivo, nomeadamente em relação àquele que mais interessa ao capital em geral e a cada um dos capitalistas em particular: a obtenção de elevadas taxas de lucro.

A ocorrência de taxas de lucro diferenciadas prende-se com a desigual distribuição (por ramos e geográfica) das condições gerais de desenvolvimento capitalista que afectam os processos de extracção e transferência, indirecta (transformação do valor das mercadorias em preços de produção e destes em preços de mercado) e directa (política fiscal e de crédito, repatriamento de lucros, etc.), de mais-valia (HADJIMICHALIS, 1980). Contudo, aceita-se vulgarmente na literatura marxista que existe, na fase concorrencial do modo de produção capitalista, uma tendência para a perequação das diferentes taxas de lucro, defendendo alguns autores que, na fase monopolista, o desenvolvimento de uma «competição imperfeita» apontaria antes para a sua hierarquização. SEMMLER (1982) refere que, segundo o que denomina de teoria post-marxista da concorrência e monopólio, seriam fundamental-

mente três as razões para esta última situação: centralização do capital e concentração da produção, crescentes limitações na mobilidade do capital de indústrias com elevados investimentos em capital fixo e, por último, comportamento «concertado» de grandes empresas e grupos económicos.

Ainda segundo o mesmo autor, diversas análises empíricas demonstram que, se esses factores podem, em certos casos, actuar como condição necessária para a obtenção de elevadas taxas de lucro, nem sempre constituem, por si só, condição suficiente ou mesmo indispensável. Isto significa que a ocorrência de altas taxas de lucro não resulta, inevitavelmente, de situações de monopólio mas, antes, de uma forma mais geral, das condições específicas de produção e realização das mercadorias, nomeadamente no que diz respeito à produtividade, razão capital/*output*, custo unitário de salários e características de crescimento e procura.

É dentro deste contexto que diversos autores têm utilizado o conceito de composição orgânica do capital como variável explicativa central, em análises que relacionam a questão do desenvolvimento regional desigual com a problemática da acumulação de capital no sector industrial.

O estudo que se segue procura verificar empiricamente, para o caso português, até que ponto a obtenção de taxas de lucro diferenciadas se prende com a existência de diferentes processos de valorização do capital nas fases concorrencial e monopolista do modo de produção capitalista e de que forma essa relação se exprime territorialmente. Procura-se ainda demonstrar que, dentro desta perspectiva, o papel de variável central recai sobre o conceito de taxa de exploração, desde que conhecido o modo como é alcançada, e não sobre o conceito de composição orgânica do capital, como vulgarmente é aceite ⁽¹⁾. Calcularam-se, por isso, diversos índices (composição orgânica, taxa de exploração, taxa de lucro...) para o conjunto das indústrias de 56 áreas previamente definidas, pensando que a sua comparação permitiria desenvolver

⁽¹⁾ Para a crítica da atribuição do papel de variável central ao conceito de composição orgânica veja-se, por exemplo, K. VERGOUPOLOS (1978) e C. JENSEN-BUTLER (1981).

alguns comentários, ainda que parciais e forçosamente provisórios.

Numerosas limitações, a nível teórico e metodológico, obrigam, no entanto, a uma leitura cuidadosa dos resultados obtidos. De facto, um estudo deste tipo implica um conhecimento aprofundado e rigoroso do comportamento dos vários ramos da indústria — estudo que está parcialmente por fazer ⁽²⁾ — e supõe a existência de uma lógica global, e portanto comum, do conjunto das indústrias existentes em cada uma das áreas. Ora, é evidente que uma abordagem como a que se segue, para além de poder incorrer no erro de *personalizar* territórios (áreas centrais vs. áreas periféricas), coloca delicadas questões metodológicas, sobretudo no que diz respeito ao significado das unidades de análise pré-estabelecidas e à informação disponível.

A definição das primeiras ⁽³⁾ assentou na conjugação de diversos critérios que, no seu conjunto, pretendem assegurar o máximo de homogeneidade interna. Assim, considerou-se, numa primeira fase, o distrito como divisão administrativa de base. Individualizaram-se de seguida, para cada um deles, os concelhos das respectivas sedes, agrupando-se os restantes concelhos num ou mais conjuntos conforme o tipo de indústria dominante e o carácter essencialmente industrial ou rural que possuíssem (figura 1 e quadro 1). Se, na globalidade, esse procedimento parece correcto, não deixa, no entanto, de levantar algumas dúvidas quanto ao seu significado em áreas mais complexas como, por exemplo, a cidade de Lisboa ou a sua Área Metropolitana, onde as características das unidades industriais existentes, desde a data de fundação à actividade a que se dedicam, estão longe de ser uniformes.

Também a informação utilizada não deixa de pôr alguns problemas, não só no que diz respeito à articulação entre as classificações das estatísticas oficiais e os conceitos aqui utilizados como ainda pelo facto de incidir apenas sobre um

⁽²⁾ Veja-se, sobretudo, L. SALGADO MATOS (1973), J. MARTINS PEREIRA (1974), Ministério da Indústria e Tecnologia (1977) e Centro de Estudos de Planeamento (1979).

⁽³⁾ Para a crítica de análises baseadas em áreas previamente definidas, veja-se A. LIPIETZ (1977) e D. MASSEY (1978).

QUADRO 1

Tipos de indústria dominantes para cada uma das áreas consideradas (1971)

Distritos	Concelhos	N.º de ordem	Tipos de indústria dominantes (em relação ao total do Valor Acrescentado)
Viana do Castelo	Viana do Castelo	1	Estaleiro naval
	Valença	2	Indústria da borracha
	Outros concelhos	3	Alimentar, madeira
Vila Real	Vila Real	4	Bebidas, alimentar, cerâmica
	Outros concelhos	5	Bebidas, cerâmica
Bragança	Bragança	6	Alimentar
	Outros concelhos	7	Alimentar
Braga	Braga	8	Fabricação máquinas eléctricas, têxtil, fabricação produtos metálicos
	Barcelos, Fafe, Guimarães, Vila Nova de Famalicão	9	Têxtil
	Outros concelhos	10	Têxtil, madeira, cerâmica
Porto	Porto	11	Têxtil, fabricação produtos metálicos, artes gráficas, alimentar
	Gondomar, Maia, Matosinhos, Póvoa do Varzim, Santo Tirso, Valongo, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia	12	Têxtil, alimentar, bebidas
	Outros concelhos	13	Mobiliário, madeira
Aveiro	Aveiro	14	Celulose
	Águeda, Albergaria-a-Velha, Espinho, Estarreja, Feira, Ílhavo, Ovar, S. João da Madeira	15	(Madeira, fabricação produtos metálicos e máquinas, têxtil) (*)
	Outros concelhos	16	(Bebidas, calçado, fabricação produtos metálicos) (*)
Viseu	Viseu	17	Papel, bebidas, produtos químicos
	Nelas	18	Indústria básica de ferro
	Outros concelhos	19	Madeira, alimentar

QUADRO 1 (Continuação)

Distritos	Concelhos	N.º de ordem	Tipos de indústria dominantes (em relação ao total da Valor Acrescentado)
Guarda	Guarda	20	Montagem veículos automóveis, têxtil
	Gouveia, Manteigas, Seia	21	Têxtil
	Outros concelhos	22	Bebidas
Coimbra	Coimbra	23	Têxtil, cimento, alimentar
	Figueira da Foz	24	Celulose, estaleiro naval, vidro
	Lousã, Góis	25	Têxtil, fabricação produtos metálicos, papel
	Outros concelhos	26	Madeira, cerâmica
Leiria	Leiria	27	Cimento, plástico, madeira
	Alcobaça, Marinha Grande, Nazaré, Porto de Mós	28	Vidro, fabricação produtos metálicos, cerâmica
	Ansião, Castanheira de Pêra	29	Têxtil
	Outros concelhos	30	Alimentar, produtos químicos, cerâmica
Castelo Branco	Castelo Branco	31	Têxtil, madeira, alimentar
	Covilhã	32	Têxtil
	Vila Velha de Ródão	33	Celulose
	Outros concelhos	34	Madeira, resina
Santarém	Santarém	35	Cerâmica, madeira, alimentar
	Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Tomar, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha	36	Construção material transporte, têxtil, fabricação máquinas não eléctricas
	Benavente, Cartaxo, Salvaterra de Magos	37	Alimentar, fabricação máquinas não eléctricas
	Outros concelhos	38	Alimentar, madeira
Setúbal	Setúbal	39	Produtos químicos industriais, celulose, cimento
	Seixal	40	Indústria básica de ferro e aço
	Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo	41	Estaleiro naval, indústrias químicas
	Outros concelhos	42	Alimentar

QUADRO I (Continuação)

Distritos	Concelhos	N.º de ordem	Tipos de indústria dominantes (em relação ao total do Valor Acrescentado)
Portalegre	Portalegre	43	Produtos químicos industriais
	Outros concelhos	44	Alimentar
Lisboa	Lisboa	45	Alimentar, química, artes gráficas, fabricação produtos metálicos
	Azambuja, Cascais, Loures, Oeiras, Sintra, Vila Franca de Xira	46	Construção material transporte, produtos químicos, fabricação máquinas eléctricas
	Outros concelhos	47	Fabricação produtos metálicos, alimentar, cerâmica
Évora	Évora	48	Alimentar, fabricação máquinas eléctricas
	Mourão	49	Celulose
	Vendas Novas	50	Montagem veículos automóveis
	Outros concelhos	51	Alimentar
Beja	Beja	52	Alimentar, fabricação máquinas não eléctricas
	Outros concelhos	53	Alimentar
Faro	Faro	54	Alimentar, madeira
	Portimão	55	Alimentar
	Outros concelhos	56	Alimentar

(*) Inexistência de dominância clara por parte de qualquer grupo de indústrias.

ano — 1971 ⁽⁴⁾. Não havendo dados comparáveis mais recentes, torna-se difícil aferir empiricamente o seu valor e corre-se o risco de se interpretarem situações meramente conjunturais como estruturais. Acrescente-se, finalmente, que embora não se trate de informação actual, o seu interesse se mantém, já que, definindo a situação existente em Portugal nas vésperas

⁽⁴⁾ A informação aqui utilizada diz apenas respeito aos estabelecimentos da indústria transformadora com 5 ou mais pessoas, abrangidos pelo Recenseamento Industrial efectuado em 1972 e relativo ao ano anterior.

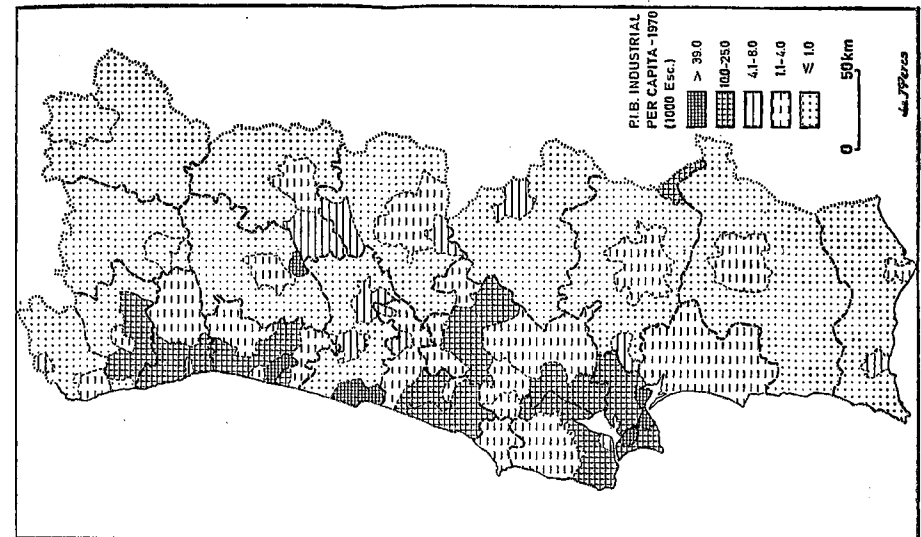


Fig. 2 — Grau de industrialização (1970).

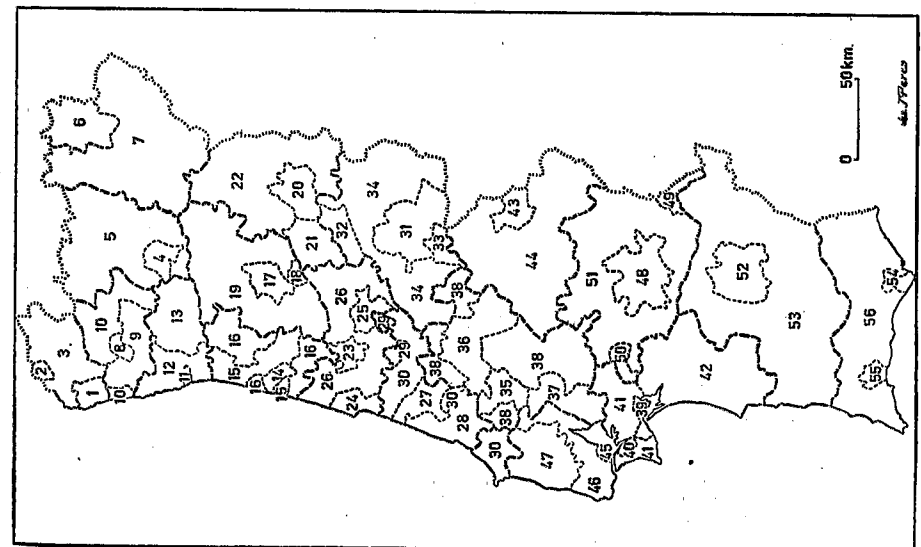


Fig. 1 — Identificação das áreas de estudo.

das modificações consequentes ao 25 de Abril de 1974, possibilita futuras comparações.

MARTINS PEREIRA, na obra já citada e que teve por base os relatórios de 226 das mais importantes sociedades anónimas do sector industrial existentes, em 1971, em Portugal, detectou duas formas de repartição da mais-valia produzida: a primeira, segundo uma proporção aproximadamente constante em relação ao total de capital investido (perequação original); a segunda (perequação final), em que cada empresa transfere para o Estado (através dos encargos sociais e fiscais a que está sujeita) e para a Banca (através dos juros pagos) parte da mais-valia que lhe coube inicialmente. A mais-valia finalmente retida corresponde ao lucro líquido, afinal aquele que interessa ao capitalista.

Para o primeiro caso, ainda que a perequação das taxas de lucro não fosse perfeita (o que apenas seria possível em condições de total mobilidade, sectorial e regional, de capital e força de trabalho) verificou-se uma estreita relação, para a maior parte dos ramos considerados, entre o total de capital investido e a mais-valia ⁽⁵⁾ que lhes coube, definindo-se uma taxa média de lucro próxima dos 20 %. Foi possível, ainda, detectar que a maior parte dos ramos situados bastante abaixo desse valor correspondiam a sectores fortemente concorrenciais, ligados ao capital industrial e em estreita dependência da banca, enquanto os que se localizavam acima daquele valor médio se apresentavam intensamente monopolizados, em franca ligação com o capital financeiro nacional ou estrangeiro.

Com a perequação final a clivagem entre sectores fortemente concorrenciais e monopolizados acentua-se, havendo tendência para se definirem dois níveis de perequação, rondando o valor das taxas de lucro os 13 % para os primeiros e 21 % para os últimos.

Embora se trate de um estudo não regionalizado e que abarca apenas as grandes empresas, os resultados obtidos poderão sugerir, no seguimento de teorias propagadas por diversos autores, uma estreita correspondência entre sectores

⁽⁵⁾ Trata-se, de facto, da «mais-valia aparente», a única que se pode calcular a partir dos dados publicados que, referindo-se aos preços à saída da fábrica, vêm já perequacionados.

monopolizados/elevada composição orgânica/elevadas taxas de lucro/áreas mais centrais, num extremo, e, noutro, sectores concorrenciais/baixa composição orgânica/baixas taxas de lucro/áreas mais periféricas. A análise empírica que se segue pretende contribuir para a clarificação dessa questão.

REPARTIÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA E DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO

A indústria transformadora encontra-se desigualmente repartida pelo território nacional. As áreas mais industrializadas (referenciadas, na figura 2, através do P. I. B. industrial *per capita*) localizam-se preferencialmente no litoral ocidental, de Setúbal a Viana do Castelo, mas com valores mais elevados em torno das cidades do Porto (áreas 9, 12, 14 e 15) e de Lisboa (áreas 37, 40, 41, 42 e 46), parte do distrito de Leiria (27, 28) e no denominado Triângulo Industrial de Torres Novas-Tomar-Abrantes (36), para além de um escasso número de casos pontuais.

No interior e no Sul, o processo de industrialização apresenta-se bastante mais incipiente, individualizando-se, contudo, a maior parte das sedes de distrito (17, 20, 31, 43, 48, 52 e 54) e concelhos com têxteis (21, 32, 25 e 29), celulose (33 e 49), fabricação de ferro-ligas (18) e indústria conserveira (55) (quadro I).

Verifica-se, de facto, que a distribuição da quase totalidade das indústrias existentes no interior (à excepção das sedes de distrito) se encontra condicionada pela ocorrência de determinados recursos naturais (no que diz respeito à matéria-prima mas, nalguns casos, também à energia utilizada — necessidade de água em abundância para o fabrico de pasta de papel, por exemplo), ainda que hoje essa dependência se faça sentir, muitas vezes, apenas em termos de herança de localizações anteriores (caso dos têxteis da serra da Estrela — 21 e 32). Predominam, por isso, e para além das indústrias já citadas (de âmbito nacional ou mesmo orientadas para a exportação), os sectores de alimentação, bebidas, madeira/resina e cerâmica, geralmente sob a forma de pequenas unidades produtoras de bens de consumo para a satisfação

de mercados locais (com algumas excepções significativas, sobretudo no campo das indústrias alimentares).

Quanto às sedes de distrito, além de constituírem mercados locais relativamente importantes, apresentam algumas condições (dissolução mais avançada das formas pré-capitalistas, com consequente libertação de mão-de-obra, vantagens de aglomeração, maior grau de acessibilidade, etc.) favoráveis à instalação de indústrias cujos produtos se destinam ao mercado nacional ou mesmo internacional (nomeadamente a parte final de ciclos produtivos mais vastos, como a Renault na Guarda, a Siemens em Évora e a Grundig em Braga).

No litoral, e no que diz respeito às áreas que se desenvolvem em torno de Lisboa e Porto, verifica-se que, à medida que nos afastamos destas duas cidades, as indústrias químicas, metalúrgicas de base e, com outro significado, as «artes gráficas e edição de publicações» vão sendo sucessivamente substituídas por sectores de bens de consumo: têxteis (algodão), vestuário, mobílias e calçado no Norte; alimentares (enlatados, produtos sintéticos, etc.), fabrico de máquinas (eléctricas e não eléctricas) e produtos metálicos em ambos os casos, embora com maior importância na área de Lisboa. Estes sectores de bens de consumo encontram-se representados por unidades de dimensão variável, apresentando geralmente acentuados laços de dependência entre si ou em relação às indústrias anteriormente referidas (químicas e metalúrgicas de base, de localização mais central), e pagando salários médios inferiores aos que se verificam nas indústrias de bens de equipamento. Este último aspecto liga-se, até certo ponto, ao facto de grande parte da mão-de-obra localmente disponível ser feminina (e, logo, mais barata), já que as migrações pendulares afectam sobretudo o sexo masculino. Finalmente, é de salientar que se trata de sectores com forte penetração estrangeira, independentemente de se orientarem fundamentalmente para exportação (têxteis, vestuário, calçado, portanto indústrias que predominam em torno do Porto) ou para consumo interno (as restantes, com maior peso na área de Lisboa). Tanto num caso como no outro, a proximidade às duas principais aglomerações urbanas do país, pelo mercado de consumo que constituem e pela centralidade — a nível interno e externo — que apresentam, torna-se, pois, fundamental.

Ainda no litoral, mas exteriores a esses dois conjuntos centrados em Lisboa e Porto, destacam-se, como já se referiu, algumas áreas do distrito de Leiria (27 e 28), com uma certa especialização em minerais não metálicos (ferramentas, ferragens) e o Triângulo Industrial Torres Novas-Tomar-Abrantes (36), com fabrico de material de transporte e de máquinas agrícolas e apresentando uma produção ainda significativa no campo dos têxteis, curtumes e papel. Mais heterogéneas do que as áreas anteriores no que respeita à origem de capitais (os curtumes constituem o exemplo mais claro de domínio de capital familiar local, enquanto, no outro extremo, o ramo da pasta e papel se encontra bastante subordinado ao capital estrangeiro) apresentam, no entanto, em comum o facto de orientarem a sua produção maioritariamente para o mercado interno. Daí a sua localização relativamente perto do «centro de gravidade» das actividades económicas do país.

Importa, finalmente, referir o peso do fabrico de celulose em Aveiro (14), Figueira da Foz (24) e mesmo Setúbal (39) (todos eles com boas instalações portuárias), muito superior aos casos anteriormente referidos (Vila Velha de Ródão — 33 e Mourão — 49). Trata-se de um ramo que implica fortes investimentos em capital fixo e onde a participação de capitais estrangeiros ultrapassa os 50 %, aproveitando-se da existência de mão-de-obra e sobretudo matéria-prima abundantes e baratas e da posição, relativamente central (por via marítima), de Portugal em relação aos principais países consumidores da Europa.

A descrição que se apresentou, relativa à desigual repartição da indústria transformadora no espaço português, ainda que sumária, não deixa de sugerir uma forte divisão territorial do trabalho, factor básico para a compreensão da variação regional das taxas de lucro na medida em que implica graus de intensificação do próprio trabalho, produtividade e exploração espacialmente diferenciados.

NIVEIS REGIONAIS DE PEREQUAÇÃO DAS TAXAS DE LUCRO E ARTICULAÇÃO DE DIFERENTES ESTÁDIOS DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Na figura 3 apresenta-se o valor da composição orgânica, calculado ⁽⁹⁾ para cada uma das unidades espaciais previamente definidas. Longe de uma variação gradual, das áreas mais centrais para as mais periféricas, em que caberiam às primeiras os valores mais elevados, verifica-se a seguinte situação:

a) as áreas mais industrializadas (incluídas nas duas classes superiores da figura 2) apresentam, na sua maioria, valores médios, embora existam algumas excepções em ambos os sentidos (casos, por exemplo, das cidades de Lisboa e Porto, que ocupam uma posição abaixo da média nacional);

b) as sedes de distrito possuem, geralmente, valores inferiores ao da totalidade ou pelo menos da maior parte do distrito (ainda que, nalguns casos, se situem dentro da mesma classe);

c) os valores mais elevados (> 17) — com pequenas excepções que correspondem ao domínio de 1 ou 2 ramos que implicam fortes investimentos em capital fixo (indústrias básicas de ferro e aço, celulose, cimentos, etc.) — encontram-se nos distritos fracamente industrializados do interior;

d) os valores mais baixos (< 9 e 9 a 11) ocorrem nalgumas sedes de distrito (Viana do Castelo, Braga, Porto, Santarém e Lisboa), na periferia das áreas mais desenvolvidas do litoral (isto é, do eixo Braga-Porto-Aveiro e de Lisboa) e em concelhos média ou fortemente especializados em sectores tradicionais (áreas 21/32 — têxteis; 28 — vidro, ferragens e ferramentas, etc.; 55 — indústria conserveira).

A comparação das figuras 3 e 4 permite, desde já, retirar algumas conclusões. De facto, a variação regional do total

⁽⁹⁾ A composição orgânica referente a cada uma das áreas obteve-se dividindo o total de capital investido — C_1 (isto é, a soma do capital constante, fixo e circulante, com o total de salários pagos) pelo conjunto de salários produtivos — v . Consideraram-se salários produtivos, e seguindo o procedimento de MARTINS PEREIRA, os salários pagos a operários e metade dos ordenados recebidos pelos empregados do sector administrativo, técnico e de escritório, já que se torna impossível, na prática, distinguir o montante referente apenas aos que estão directamente envolvidos no processo de produção.

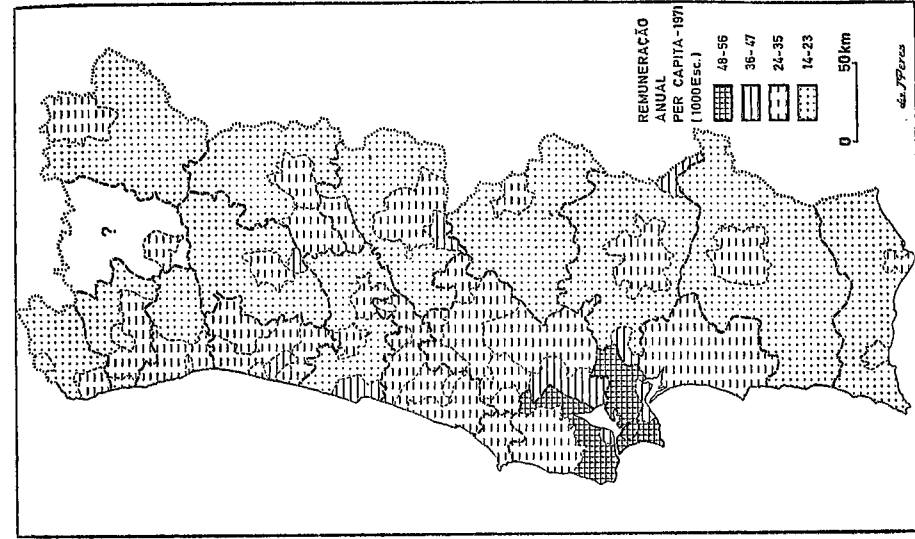


Fig. 4 — Repartição regional do nível de remunerações para o conjunto das indústrias transformadoras (1971).

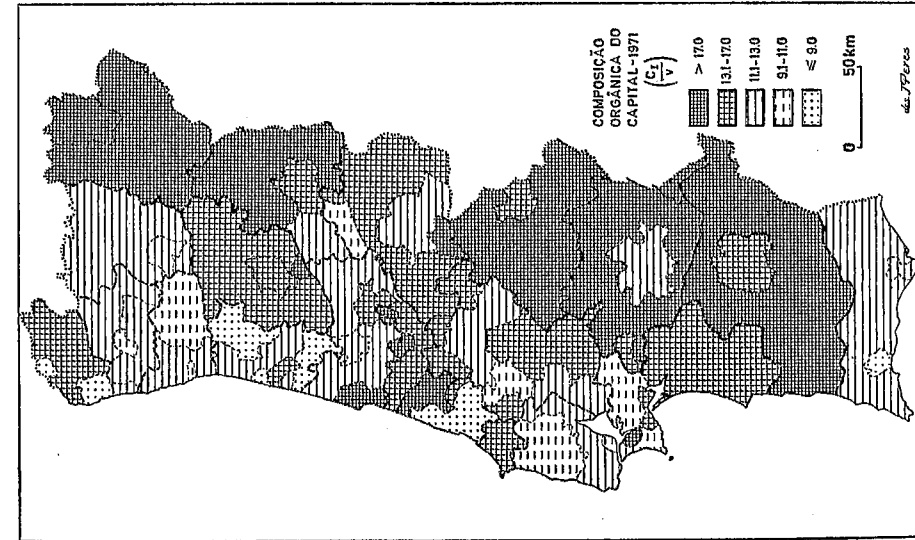


Fig. 3 — Repartição regional da composição orgânica do capital para o conjunto das indústrias transformadoras (1971).

de remunerações pagas anualmente por trabalhador é bastante acentuada, oscilando entre os 14 e os 56 mil escudos. As unidades espaciais correspondentes, aproximadamente, à Área Metropolitana de Lisboa destacam-se de forma clara do restante território, que se divide, *grosso modo*, entre litoral e interior. Neste último individualizam-se, ainda, todas as sedes de distrito e área dos têxteis da serra da Estrela (21 e 32), para além de alguns casos pontuais (18, 33, 49).

Não lhe cabendo, em exclusivo, a responsabilidade das variações regionais que se observam na figura 3, poder-se-á, no entanto, dizer que a elevada amplitude de salários e ordenados pagos anualmente por trabalhador se relaciona intimamente com as três primeiras alíneas atrás referidas. Na realidade, parece haver uma estreita relação, negativa, entre os níveis de remuneração e de composição orgânica.

De facto, e dado que os salários são menores nas áreas onde, simultaneamente, a força do trabalho é abundante (em grande parte a partir da dissolução de formas pré-capitalistas, através de um processo gradual de decomposição da pequena produção mercantil e conseqüente migração geográfica e sectorial, acompanhadas por proletarização), dócil (pequeno grau de organização e especialização; elevada taxa de feminização, associada, por vezes, a trabalho em regime parcial ou mesmo efectuado em casa; existência de pequenas unidades com forte componente familiar) e acarretando baixos custos de reprodução (forte ligação ao mundo rural, pouca «exigência» no que diz respeito ao nível de vida e padrões de consumo), não admira que a maioria dos valores de composição orgânica mais elevados se verifique precisamente nas áreas menos industrializadas e, na generalidade, menos desenvolvidas em termos capitalistas.

Pelas mesmas razões, não é também de admirar a estreita relação, desta vez positiva, que se observa entre o grau de industrialização e o nível médio das remunerações pagas (figuras 2 e 4). Mesmo nas sedes de distrito do interior do país, o aumento do custo da reprodução da força de trabalho e a existência de unidades industriais de maior dimensão, facilitando o desenvolvimento de movimentos reivindicativos por parte das classes trabalhadoras, parecem, entre outros

factores, ser já suficientes para justificar um nível salarial que se destaca dos que se praticam nas áreas vizinhas.

No que diz respeito ao quarto aspecto (d) — áreas onde ocorrem os valores mais baixos de composição orgânica — a relação, negativa, entre os níveis de remuneração e de composição orgânica está longe de se verificar. Fora das sedes de distrito, esta situação parece reflectir dois tipos de factores relativamente distintos: domínio de médias e pequenas empresas de instalação recente e intensivas em mão-de-obra (será o caso das periferias das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto — 13, 16 e 47) e especialização em sectores tradicionais, com fraca renovação de capital fixo (áreas 32, 28, 55). Nas sedes de distrito anteriormente referidas (1, 8, 11, 35 e 45), a ocorrência, em sectores intensivos em trabalho (estaleiros navais, têxteis, artes gráficas, etc.), de salários médios ou elevados e/ou o carácter relativamente obsoleto do equipamento existente em unidades de implantação mais antiga, poderão explicar, pelo menos parcialmente, a situação que aqui se observa.

A relação negativa verificada, na globalidade, entre os valores de composição orgânica e dos salários médios deixa adivinhar uma estreita interdependência entre aquele primeiro elemento e a intensidade da taxa de exploração (⁷).

É essa relação que se pretende apresentar na figura 5. Se ela fosse total, todos os pontos do gráfico se disporem segundo uma mesma linha. Isso significaria que a taxa de lucro (Mv/C_1) seria igual em todas as áreas, isto é, e de acordo com o que inicialmente se afirmou, que estaríamos perante um caso de perequação (original) perfeita das taxas de lucro, em que a mais-valia que caberia a cada uma das unidades espaciais seria rigorosamente proporcional ao total de capital nelas investido (C_1).

Não é essa, no entanto, a situação que se verifica. De facto, e para além de um escasso número de casos, dispersos, com composição orgânica elevada e taxas de exploração muito

(⁷) Calculada através da razão entre a mais-valia aparente — Mv (valor acrescentado bruto a preços à saída da fábrica menos o total de amortizações e remunerações ilíquidas pagas) e o montante de salários produtivos — v .

baixas ou mesmo negativas, que se distribuem pelo canto superior esquerdo do gráfico (Grupo C), os restantes parecem evidenciar uma tendência para se disporem em torno do valor médio do país (9,4), sugerindo, contudo, um certo alinhamento ao longo de dois eixos distintos. Na realidade, e se se considerar separadamente o conjunto de pontos com valores respectivamente abaixo e acima da taxa média de lucro, torna-se possível verificar uma elevada correlação, para cada um dos grupos, entre os dois indicadores em questão ($r_A = +0,91$ e $r_B = +0,89$). Poder-se-á talvez afirmar que, pelo menos tendencialmente, se está perante uma situação de dupla perequação (original), apresentando as áreas englobadas no conjunto B uma taxa média de lucro inferior à média nacional (7,5 e 9,4, respectivamente) e cabendo aos elementos do conjunto A o valor de 12,3. Porquê, então, a existência de dois níveis de taxas de lucro regionalmente diferenciados e qual o seu significado?

Uma análise mais pormenorizada da figura 5 permite verificar que, no conjunto, a taxa de exploração ou mais-valia não acompanha proporcionalmente o aumento da composição orgânica, variando mais «lentamente» e parecendo mostrar uma certa dificuldade em ultrapassar o valor de 1,6. Por outro lado, as áreas com taxas de exploração superiores a esse valor apresentam composições orgânicas bastante mais baixas do que seria de esperar, tendo em conta o comportamento do conjunto de todos os pontos do gráfico. De facto, e comparando os dois grupos, A e B, observa-se que, para um mesmo valor de composição orgânica, quanto mais elevada for a taxa de exploração, mais elevada será também a taxa de lucro. Se se tiver em conta que aos valores mais elevados de Mv/v correspondem salários médios ou mesmo médio-altos, parece possível deduzir-se que no grupo A domina largamente a extracção de mais-valia relativa, enquanto no conjunto B permanece ainda, com certa importância, a extracção de mais-valia absoluta. Isto é, enquanto neste último a mais-valia extorquida se baseia na sobre-exploração da mão-de-obra utilizada, possível pela existência de uma jornada de trabalho mais longa (a média do número médio de horas anuais por operário é, respectivamente, $H_B = 2.831$ e $H_A = 2.445$) e, na generalidade, de condições mais duras de trabalho e de salários

mais baixos, no primeiro caso essa extorsão implica um processo de intensificação do trabalho (através da criação de melhores condições, de ordem fisiológica, psicológica e social) e de aumento de produtividade (com amplo recurso a inovações de ordem tecnológica).

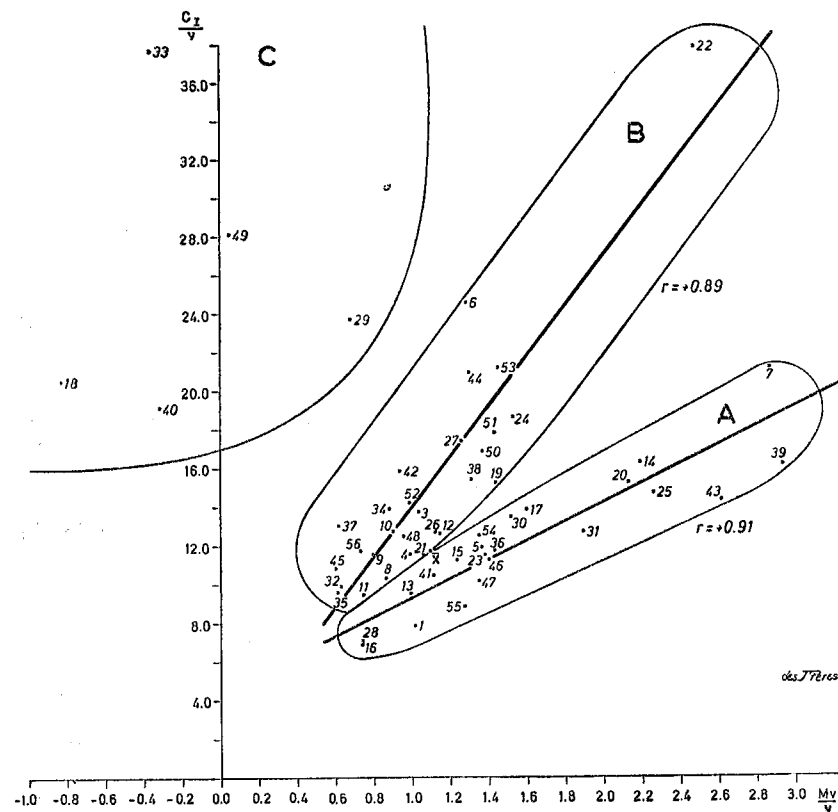


Fig. 5 — Relação entre a composição orgânica do capital e a taxa de exploração, para as diferentes áreas estudadas (1971).

A ser correcta esta observação, poder-se-á pôr a hipótese de se estar perante o processo que EMMANUEL (1976) denominou de «troca desigual em sentido restrito», isto é, em que, baseada na ocorrência de taxas de exploração diferenciadas e para composições orgânicas semelhantes, se gera uma transferência de parte da mais-valia criada nos ramos ou regiões menos capitalistas para os restantes, que assim se irá adicionar à mais-valia nestes extorquida.

É nesta linha que VERGOUPOLOS (1978) afirma que a «existência dos ramos capitalistas retardatários constitui uma condição *sine qua non* de existência e do crescimento dos ramos capitalistas progressistas», ou seja, «A troca desigual é um mecanismo substancialmente indispensável, tanto teórica como praticamente, para que a acumulação sectorial e regional possa progredir. A institucionalização de mais-valias diferenciais, quanto à taxa e quanto à massa, é um mecanismo que assegura o desenvolvimento capitalista por sectores, regiões ou nações de ponta» (p. 112 e 113).

Sendo assim, parece lícito formular uma nova hipótese, que tente esclarecer a possibilidade de correspondência entre os dois conjuntos de áreas anteriormente definidos e a existência de diferentes estádios do modo de produção capitalista. Isto é, até que ponto o processo de valorização do capital detectado para as unidades englobadas, respectivamente, em B e A e os fluxos de transferência de mais-valia que entre elas se geram não traduzirão, na prática, a própria articulação regional dos estádios concorrencial e monopolista, dentro do sector da indústria transformadora? ⁽⁸⁾

A observação da figura 6, onde se representa a variação regional das taxas de lucro (as duas primeiras classes correspondem aos pontos incluídos no grupo A, as duas seguintes ao conjunto B e a última ao grupo C), permite aclarar, de algum modo, esta questão.

Embora se possa dizer que, de uma maneira geral, existe uma certa relação entre o processo de concentração industrial e a ocorrência de taxas de lucro mais elevadas (figuras 2 e 6) (mantém-se, ainda que menos nítido, o contraste litoral/interior), estas parecem traduzir sobretudo o dinamismo recente do próprio processo de industrialização. Na realidade, o facto de grande parte dos valores acima da média nacional se disporem periféricamente às áreas mais industrializadas (Área Metropolitana de Lisboa, eixo Porto-Aveiro-Coimbra) ou ocorrerem nalgumas sedes de distrito do interior (Viseu, Guarda, Castelo Branco, Portalegre) parece apontar para uma

⁽⁸⁾ Sem que isso signifique, evidentemente, uma exclusão mútua, em termos geográficos, perfeita, mas antes o predomínio de um ou outro desses estádios.

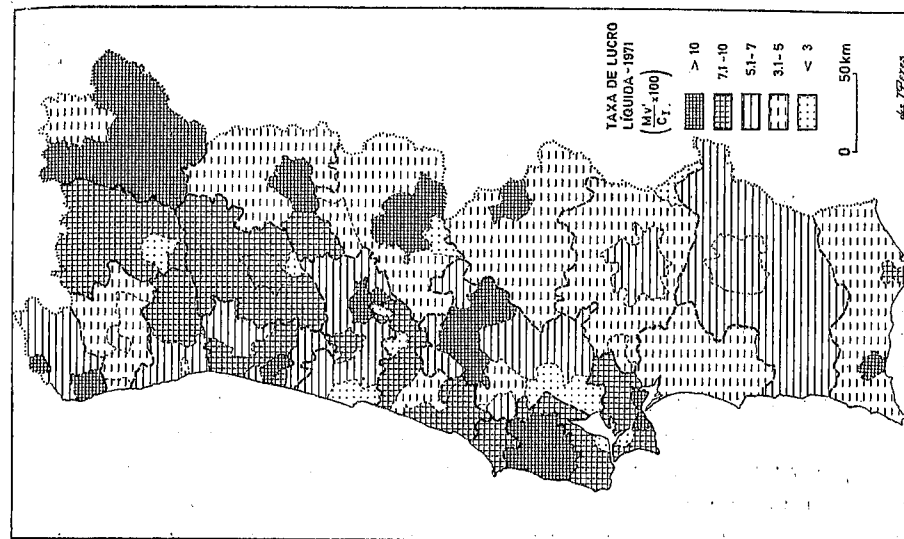


Fig. 7 — Repartição regional das taxas de lucro líquidas para o conjunto das indústrias transformadoras (1971).

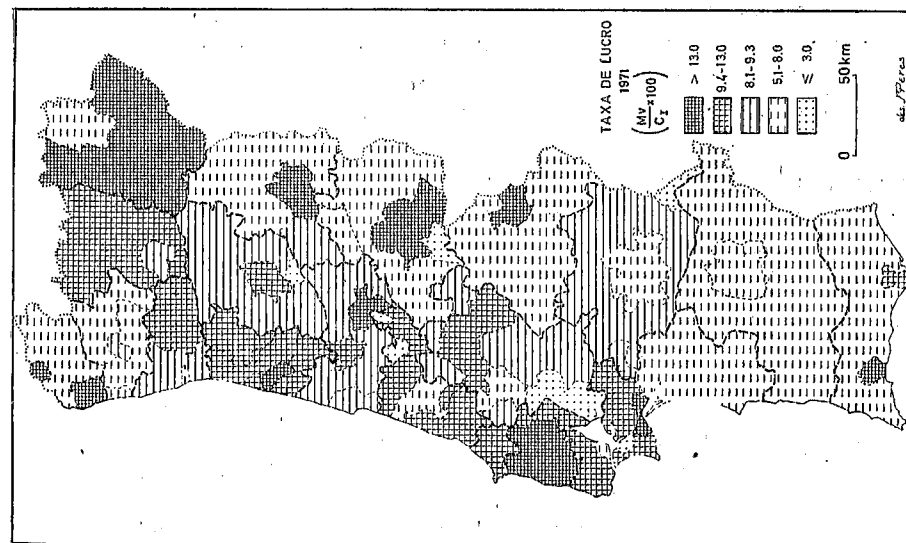


Fig. 6 — Repartição regional das taxas de lucro para o conjunto das indústrias transformadoras (1971).

integração ⁽⁹⁾ crescente do espaço português, assente, territorialmente, na expansão das áreas industriais mais antigas e nas principais aglomerações urbanas dos distritos mais rurais (isto é, áreas ainda fortemente ruralizadas que conciliam a existência de salários relativamente baixos com razoáveis vantagens de aglomeração terciária e condições de acessibilidade). Por outro lado, o facto de se verificar, dentro das áreas mais industrializadas, uma grande amplitude de valores pode traduzir o distanciamento relativo que se gera entre aquelas que apresentam uma estrutura menos diversificada, com predomínio de sectores mais tradicionais e, por vezes, dominadas ainda por capital familiar (por exemplo, a área dos têxteis — 9 e 32) e as mais avançadas, em termos capitalistas. É, aliás, essa a situação que se desenha quando se comparam as taxas de lucro relativas aos distritos de Porto e Lisboa (aqui bastante mais elevadas). Ainda dentro desses dois distritos, o aumento gradual que se verifica em direcção à periferia (11 → 12 → 13 e 45 → 46 → 47), mais que simples coincidência, parece confirmar o que anteriormente se referiu quanto ao significado do processo de industrialização de áreas ainda fortemente ruralizadas durante os anos 60.

Várias excepções ficam, contudo, por explicar, sem que se possa, para já, distinguir se os elevados valores que ocorrem nos distritos do Nordeste (áreas 5 e 7) e, no outro extremo, as reduzidas taxas de lucro verificadas nalgumas sedes de distrito, incluindo Lisboa e Porto, se prendem com factores estruturais ou reflectem situações conjunturais e, portanto, anómalas ⁽¹⁰⁾.

Idêntico problema se coloca em relação às áreas englobadas no sector C da figura 5, e que fogem a ambos os níveis

⁽⁹⁾ *Integração*, no sentido dado por A. LIPETZ (1977).

⁽¹⁰⁾ É possível, no entanto, avançar algumas hipóteses explicativas quanto a certos casos. Assim, o predomínio do sector de bebidas (engarrafamento de água mineral e vinho), que implica fracos investimentos, na região 5 e a existência de um complexo agro-industrial — o complexo do Cachão — de dimensão muito superior ao que é habitual observar-se nas áreas mais rurais, na região 7, poderiam, pelo menos parcialmente, explicar as elevadas taxas de lucro que aí se verificam. No outro extremo, a situação deficitária de Lisboa e Porto pode dever-se ao peso de um conjunto variado de factores de que se destacam alguns na página 143.

de perequação definidos, embora não se possa deixar de atribuir especial significado ao facto de os dois concelhos com predomínio de indústria básica de ferro (18 e 40) e as duas principais unidades de fabrico de pasta de papel localizadas no interior do país (33 e 49) apresentarem valores muito aquém da média nacional.

Estas excepções, prendam-se elas com razões estruturais ou conjunturais, não parecem, de qualquer modo, suficientes para negar o articulado de hipóteses a que se foi chegando, isto é, a existência de dois níveis regionais de perequação original intimamente ligados ao próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista e que se traduzem na integração crescente do território português como consequência, como adiante se verá, do aumento de mobilidade do capital bancário e financeiro, seja ele de origem nacional ou estrangeiro.

Importa, finalmente, referir que, como já se afirmou, parte da mais-valia que inicialmente cabe a cada empresa ou, neste caso, a cada região, será transferida parcialmente para o Estado e para a Banca (perequação final). A dedução, em relação ao total de mais-valia inicial (Mv), do conjunto de despesas relativas ao pagamento de contribuições, impostos e juros (calculando-se, assim, Mv') permite definir um indicador (Mv'/Mv) que traduz o maior ou menor poder de retenção que o conjunto das indústrias de cada unidade espacial possui.

Embora de leitura nem sempre clara (o mesmo valor pode encobrir situações opostas) ⁽¹¹⁾, é possível, no entanto, afirmar que, no litoral, a área que se estende de Setúbal a Leiria e, no interior, a maior parte das sedes de distrito apresentam geralmente maior poder retentor. Coincidindo, em parte, as taxas mais elevadas de retenção com os valores, também mais elevados, de Mv/C_1 , verifica-se um certo acentuar dos desequilíbrios já detectados (Mv/C_1 e Mv'/C_1 apresentam, respectivamente, os coeficientes de variação de 0,5 e 0,8) sem que, contudo, se altere substancialmente a distribuição anteriormente referida (figuras 6 e 7).

⁽¹¹⁾ O maior poder de retenção pode, por exemplo, coincidir, num extremo, com um desenvolvimento incipiente, feito praticamente à margem do próprio sistema bancário e, no outro, com a existência de ramos de intensa penetração do capital financeiro e/ou fortemente protegidos pelo Estado.

Uma interpretação mais pormenorizada das diferentes situações detectadas obriga a um estudo dos vários ramos da indústria transformadora, efectuado em moldes semelhantes aos que se utilizaram para o conjunto das 56 áreas anteriormente consideradas.

Assim, e tendo por base a classificação da C. A. E. a três dígitos, diferenciaram-se 27 ramos. O modo como eles se distribuem graficamente, tendo em conta os respectivos valores da composição orgânica e da taxa de exploração, pode ser analisado na figura 8. A sua leitura revela um claro alinhamento para a maior parte dos pontos existentes. De facto, 16 dos 27 ramos são susceptíveis de ser englobados num mesmo grupo — conjunto 1 — em que, embora com valores de composição orgânica e taxa de exploração diferentes, a elevada correlação existente entre estes dois índices ($r = +0,95$) e a pequena distância entre o local de intercepção da recta de regressão e a origem das coordenadas revelam a existência de taxas de lucro individuais muito semelhantes entre si. Isto significa que, para os ramos englobados neste conjunto, ao aumento do total de capital investido corresponde um aumento, segundo uma proporção semelhante, da mais-valia retida. Parece, pois, lícito considerar que existe um nível de perequação para estes 16 ramos (pelo menos quando se toma, globalmente, cada um deles), com uma taxa média de lucro de 9,4% e oscilando entre os 8,1 e os 13,1%.

Por outro lado, se a posição dos ramos referenciados pelos pontos 19 («Outros produtos minerais não metálicos»), 23 («Fabrico de máquinas não eléctricas»), 26 («Fabrico de instrumentos profissionais e científicos») e 27 («Outras indústrias transformadoras») — os que menos se afastam do conjunto 1 — se relaciona, talvez, com factores fundamentalmente conjunturais⁽¹²⁾, o mesmo não se poderá dizer em relação aos restantes.

(12) O que não significa, contudo, que a explicação da posição ocupada no referido gráfico por cada um desses ramos se esgote em factores meramente conjunturais. A título de exemplo pode apontar-se que a taxa de lucro, superior à média, definida para o ramo 26 se deve,

As elevadas taxas de lucro obtidas nas indústrias de bebidas (2), tabaco (3), borracha (15) e «Outros produtos químicos» (13) devem-se a diferentes razões, ainda que geralmente convergentes entre si. Se destacarmos a produção de

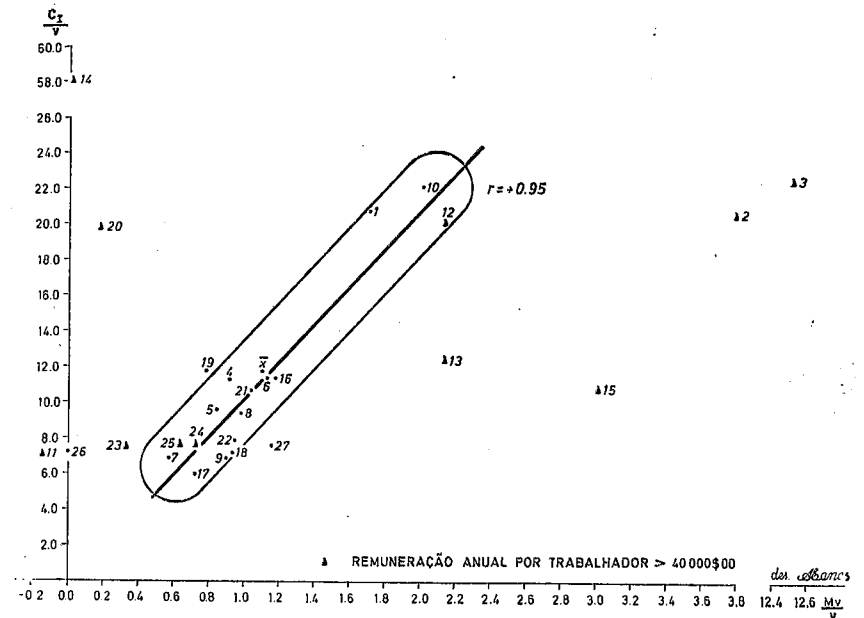


Fig. 8 — Relação entre a composição orgânica do capital e a taxa de exploração, por ramos da indústria transformadora (1971).

1 - ALIMENTAR	10 - PAPEL	19 - OUTROS PROD. MINERAIS NÃO METÁLICOS
2 - BEBIDAS	11 - ARTES GRÁFICAS	20 - INDÚSTRIAS BÁSICAS; FERRO E AÇO
3 - TABACO	12 - PROD. QUÍM. IND.	21 - INDÚSTRIAS BÁSICAS; METAIS NÃO FERROSOS
4 - TÊXTEIS	13 - OUTROS PROD. QUÍM.	22 - PROD. METÁLICOS, COM EXCEÇÃO DE MÁQUINAS
5 - VESTUÁRIO	14 - REFIN. DE PETRÓLEO	23 - FABRICO DE MÁQUINAS NÃO ELÉCTRICAS
6 - CURTUMES	15 - BORRACHA	24 - FABRICO DE MÁQUINAS ELÉCTRICAS
7 - CALÇADO	16 - PLÁSTICO	25 - CONSTRUÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE
8 - MADEIRA	17 - PORCELANA, FAIANÇA	26 - FABRICO DE INSTRUM. PROF. E CIENTÍFICOS
9 - MOBILIÁRIO	18 - VIDRO	27 - OUTRAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS

cerveja das restantes bebidas (em relação a estas, veja-se a nota 10) pode afirmar-se que, na globalidade, se trata de ramos fortemente concentrados, com intensa participação de capital financeiro nacional (cerveja, tabaco) ou estrangeiro

em parte, ao peso da DIALAP — Sociedade Portuguesa de Lapidação de Diamantes SARL que, pelas suas ligações com a banca, se integra já no grupo de pontos que mais se afastam, para a direita, do conjunto 1.

(sectores 13 e 15), e produzindo para um mercado protegido (2, 13, 15) ou mesmo monopolizado (3).

No que respeita os ramos com taxas de lucro francamente abaixo dos valores médios — 11 («Artes Gráficas e edição de publicações»), 14 («Refinaria de petróleo e fabricação de derivados diversos do petróleo e do carvão») e 20 («Indústrias básicas de ferro e aço»), se no primeiro caso essa situação parece resultar não só das características muito especiais do processo de produção que o caracteriza mas também de uma subvalorização dos seus resultados, os dois últimos revelam a existência de elevados investimentos em capital fixo, e conseqüente valor das amortizações, e ainda uma certa incapacidade de absorção por parte do mercado a que se destinam.

Repare-se, por outro lado, que as remunerações médias por trabalhador claramente superiores à média nacional (> 40 e 34 milhares de estudos, respectivamente) ocorrem precisamente, na sua quase totalidade, nos ramos exteriores ao conjunto 1 (8 em 11 casos) e em apenas 3 dos 16 pontos por ele abrangidos. Isso pode significar que, se para os pontos que se distribuem à esquerda daquele conjunto o peso das remunerações pagas pode contribuir, conjuntamente com os factores já referidos, para as baixas ou mesmo negativas taxas de lucro que aí se verificam, para os pontos à sua direita essa situação não parece ocorrer. De facto, e pelo contrário, é exactamente nos ramos em que as remunerações médias são mais elevadas que as taxas de exploração alcançam também maiores valores, o que indicará, por certo, como acontecera já na análise por regiões, que as taxas de lucro mais elevadas se baseiam primordialmente na extracção de mais-valia relativa.

As relações existentes entre as diferentes variáveis até aqui consideradas (composição orgânica do capital, taxa de exploração, taxa de lucro e remuneração anual média) e ainda a composição técnica do capital (13) para o conjunto de 22 ramos (14) encontram-se expressas na figura 9, onde apenas

(13) Medida através do total de capital constante, fixo e circulante, por operário.

(14) Excluíram-se, pela situação anónima que traduzem, os ramos 3, 11, 14, 20 e 26.

se retiveram as correlações consideradas como «muito significativas» ($p = 0,001$).

Da estrutura de relações que assim se estabelece parece poder afirmar-se que as taxas de lucro observadas se baseiam,

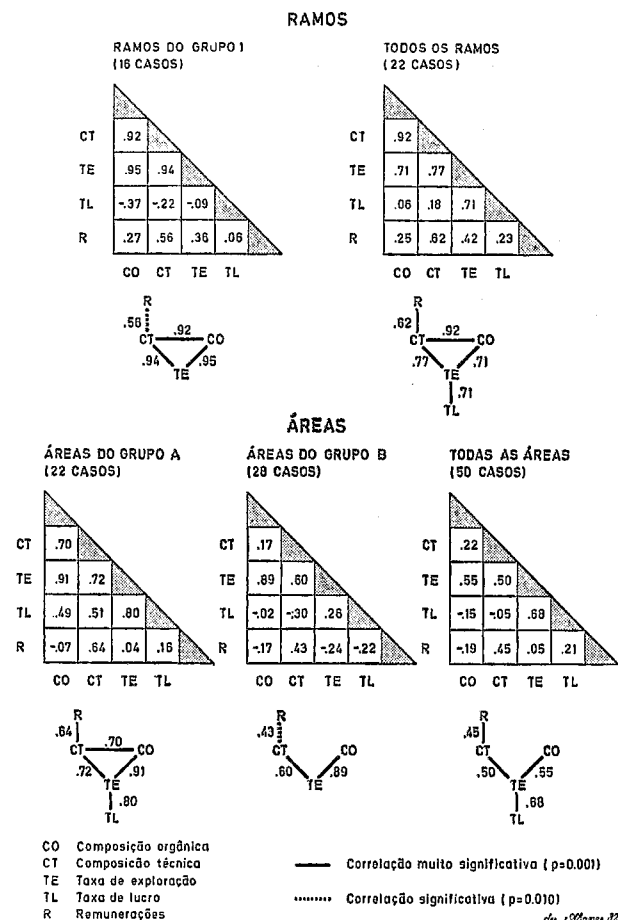


Fig. 9 — Estrutura das relações existentes entre os vários indicadores seleccionados.

sobretudo, nas taxas de exploração alcançadas e que estas serão tanto mais elevadas quanto maiores forem a composição orgânica e técnica do capital. A forte correlação existente entre estes dois factores, e apesar do nível das remunerações se ligar sobretudo com o segundo, aponta para uma forte iden-

tificação entre eles. Isto é, o facto de, por um lado, a elevação do valor da composição orgânica corresponder a valores mais altos da composição técnica e, por outro, as maiores remunerações médias se verificarem exactamente nos ramos de mais elevada composição técnica indicam que, para o conjunto dos ramos considerados (e não tendo em conta, evidentemente, as diferenças internas a cada um deles), a diferenciação entre as taxas de lucro individuais, brutas e aparentes, se baseia fundamentalmente no grau de predomínio de extracção de mais-valia relativa ⁽¹⁵⁾.

Não é essa, contudo, a situação que se desenha quando se analisa a estrutura de relações entre essas mesmas cinco variáveis, tendo agora por base não os ramos mas o conjunto das diferentes regiões ⁽¹⁶⁾.

Assim, ainda que as taxas de lucro individuais sejam, de igual modo, tanto maiores quanto mais elevadas forem as taxas de exploração, estas podem corresponder a duas situações perfeitamente distintas. De facto, e dado que não existe, como no caso anterior, identificação entre composição orgânica e composição técnica, um mesmo valor de taxa de exploração pode basear-se na sobreexploração da mão-de-obra utilizada, através da existência de salários muito baixos (e, daí, a ocorrência de elevados valores de composição orgânica), ou, pelo contrário, na intensificação do trabalho e no aumento de produtividade, ainda que isso se traduza em remunerações médias mais elevadas. Por outras palavras, é possível dizer-se que os valores individuais das taxas de lucro, por si, pouco nos dizem acerca do modo como foram alcançadas, já que um mesmo valor pode basear-se na existência de elevada composição orgânica, sem correspondência no que respeita a composição técnica (importância relativa da extracção de mais-valia absoluta) ou, pelo contrário, no aumento da composição técnica (predomínio total da extracção de mais-valia

⁽¹⁵⁾ Dado que apenas se dispõe da mais-valia aparente, e portanto já perequacionada, torna-se impossível verificar se ao maior poder de extracção «local» de mais-valia relativa correspondem valores também mais elevados de mais-valia de transferência, ambas concorrendo para a elevação da taxa de lucro aparente final.

⁽¹⁶⁾ Pelas mesmas razões apontadas na nota 16, excluíram-se as áreas 2, 18, 29, 33, 40 e 49.

relativa). São, afinal, as duas situações anteriormente detectadas e que se traduziam na existência de dois níveis distintos de perequação (fig. 5).

A estrutura das relações definidas como «muito significativas» que se estabelece entre as cinco variáveis consideradas para os conjuntos de pontos englobados, respectivamente, no grupo B (importância da extracção de mais-valia absoluta) ou A (predomínio de extracção de mais-valia relativa) vêm confirmar esse aspecto. Enquanto para o grupo A a estrutura é muito semelhante à que se verifica para o conjunto dos vários ramos (embora a ligação mais importante se faça entre a taxa de exploração e a composição orgânica e não entre esta e a composição técnica), o grupo B apresenta-se muito incipiente, sem que a taxa de lucro consiga sequer obter uma correlação «muito significativa» com a taxa de exploração, quedando-se pelo valor de + 0,26.

A comparação dos resultados obtidos em cada uma das análises efectuadas — regional e por ramos —, nomeadamente os níveis de perequação detectados e a amplitude de valores verificada para cada um deles, permite colocar o problema da sua articulação e do significado que lhes poderá ser atribuído. Será lícito, por exemplo, afirmar que no grupo B predominam os ramos do conjunto 1 ou aqueles que se distribuem à sua esquerda e que no grupo A prevalecem os ramos localizados à direita daquele conjunto?

A dificuldade fundamental parece residir no facto de que, se o significado dos resultados referentes a cada uma das áreas predefinidas depende do maior ou menor grau de homogeneidade interna, o mesmo problema se põe em relação à análise por ramos. O facto de serem considerados *no seu conjunto*, ignorando as diferenciações internas existentes, nomeadamente na sua componente regional, não só não permite cruzar, de forma imediata, os resultados obtidos a partir dos dois níveis de observação iniciais (regiões e ramos), como oculta a globalidade das relações que se estabelecem, dentro de cada ramo, entre níveis de remuneração (função da mobilidade do trabalho e, por isso, com fortes variações espaciais), composição orgânica e taxa de lucro. Daí que, em termos relativos, a importância do valor da composição orgânica na intensidade da taxa de exploração venha sempre valorizada

na análise regional, mesmo para o grupo A, em que predomina a extração de mais-valia relativa.

Um estudo mais minucioso permitiria, talvez, dizer que, completando o que anteriormente se afirmou, no grupo B predominam não só os ramos do conjunto 1 e alguns dos que se distribuem à sua esquerda, mas ainda as unidades mais retardatárias dos ramos mais lucrativos e que no grupo A, para além destes últimos, prevalecem também as unidades mais avançadas dos incluídos no conjunto 1. A confirmação desta hipótese passa, nomeadamente, pela caracterização regional de cada um dos 27 ramos considerados. Infelizmente, o facto de, para a maior parte deles, o número de unidades existente em muitas das áreas apresentadas ser inferior a 4 (e, portanto, caírem sob a alçada do sigilo estatístico) impede um estudo tão pormenorizado.

Dos vários ramos, o único que parece apto a sujeitar-se, com um mínimo de credibilidade, a este tipo de análise é o das indústrias alimentares, dado que não só cobre, com certa intensidade, praticamente todo o território nacional como se apresenta internamente bastante diferenciado, tornando assim possível tentar elucidar qual a relação existente entre esta diferenciação e a implantação nas várias regiões. O ramo alimentar, ainda que incluído no conjunto 1, coloca-se numa situação relativamente distinta, dado os elevados valores de composição orgânica e taxa de exploração que apresenta. Ainda assim, o facto de possuir uma taxa de lucro (8,3% para o conjunto do país e 9,6% para as áreas não cobertas por sigilo estatístico) muito semelhante à do total da indústria transformadora (9,4%) facilita comparações com análises anteriores e permite, de certo modo, aferir os resultados então obtidos.

No seu conjunto, os elevados valores de composição orgânica não deixam de se relacionar não só com os baixos salários pagos (este ramo apresenta uma remuneração *per capita* inferior à média nacional para a globalidade das indústrias transformadoras — 29 e 34 mil escudos, respectivamente), mas ainda com a importância que o capital circulante (nomeadamente sob a forma de *stocks*) possui dentro do conjunto do capital constante. Na realidade, este ramo é aquele em que o capital circulante constitui uma percentagem maior

dentro do total de capital constante, verificando-se uma proporção de quase 1 para 2 entre as partes de capital fixo e circulante existentes.

A situação ilustrada pela figura 10, ainda que com classes diferentes pelas razões já apontadas, não se afasta significativamente da que fora analisada para o conjunto da indústria transformadora (fig. 3) no que respeita à posição relativa de cada uma das unidades espaciais. Assim, pode continuar a afirmar-se que as áreas mais industrializadas (em torno de Lisboa e Porto) e imediatamente periféricas apresentam valores médios ou mesmo baixos e que os valores mais elevados se encontram sobretudo nos distritos fracamente industrializados do interior, onde este ramo é, aliás, quase sempre dominante. Já a posição ocupada pelas sedes de distrito, que possuíam, geralmente, valores inferiores à totalidade ou pelo menos à maior parte do distrito, não é aqui tão clara, embora apenas em quatro casos (Faro, Castelo Branco, Leiria e Aveiro) essa situação se inverta de modo inequívoco.

Também o mapa onde se apresenta a variação regional das taxas de lucro deste ramo (fig. 11), se comparado com o anterior (fig. 10), permite confirmar algumas das afirmações já apresentadas:

a) As áreas com taxas de lucro acima da média correspondem, na sua maioria, a composições orgânicas médio-baixas ou mesmo baixas e coincidem, com poucas excepções (Nordeste do País), com as regiões mais industrializadas, com especial relevo para o distrito de Lisboa e algumas sedes de distrito (Viana do Castelo, Vila Real, Viseu e Setúbal); são, pois, as áreas onde o ramo alimentar, com certo peso mas nunca dominante em termos absolutos, apresenta uma estrutura organizativa, produtiva e de comercialização mais avançada, nomeadamente no campo dos alimentos sintéticos e concentrados.

As elevadas taxas de lucro baseiam-se, portanto, numa maior produtividade e intensificação do trabalho (elevada composição técnica do capital), que não encontra aqui correspondência por parte do valor da composição orgânica. Pode, assim, afirmar-se que se está perante o caso anteriormente referido em que as áreas englobadas no grupo A (fig. 5) se

caracterizam, também, por possuírem as unidades mais avançadas dos ramos do conjunto 1 (fig. 8).

b) No extremo oposto, a maior parte do interior do país apresenta composições orgânicas acima da média e, no entanto, obtém taxas de lucro bastante aquém da média nacional, o que se torna tanto mais grave se se tiver em conta que, ao contrário das áreas anteriores, a indústria alimentar é aqui largamente dominante, por vezes quase exclusiva. Está-se, pois, perante o tipo de comportamento detectado para o conjunto do grupo B (fig. 5 e 9), isto é, unidades industriais com uma estrutura produtiva e de comercialização tradicional e vulnerável, demasiado dependentes dos fracos salários que pagam.

c) As áreas 7, 19 e 26, que correspondem à parte menos industrializada dos distritos de Bragança, Viseu e Coimbra, parecem fazer a passagem entre os dois extremos anteriormente referidos, com valores médio-altos para ambos os indicadores considerados. No entanto, o facto de os resultados do primeiro serem bastante condicionados pela existência do complexo agro-industrial do Cachão e de os dois outros apresentarem algumas áreas com condições de acessibilidade superiores à maior parte do interior do país, não lhes dá força suficiente para negar a situação, sistematicamente deficitária, que se desenha na maior parte das regiões mais afastadas do litoral.

A comparação entre as figuras 6 e 11, para além de evidenciar a inexistência de diferenças fundamentais entre os dois padrões de distribuição regional, comprova que, nos últimos anos, os pontos do interior vistos como susceptíveis de valorizar o capital em moldes mais avançados se reduzem, praticamente, às sedes de distrito⁽¹⁷⁾, em grande parte, aliás, a partir de investimento estrangeiro.

Mesmo tendo em conta as possíveis vantagens de, como consequência de um certo isolamento e baixos totais de população, a produção e comercialização de alguns produtos industriais se poderem efectuar sem concorrência directa e, por isso, quase em termos de «monopólio» de mercado, a estrutura tradicional das unidades existentes no interior do país e o baixo poder de compra das populações que aí habitam tornam-se

(17) A excepção de algumas unidades de celulose que, contudo, se apresentam em situação deficitária.

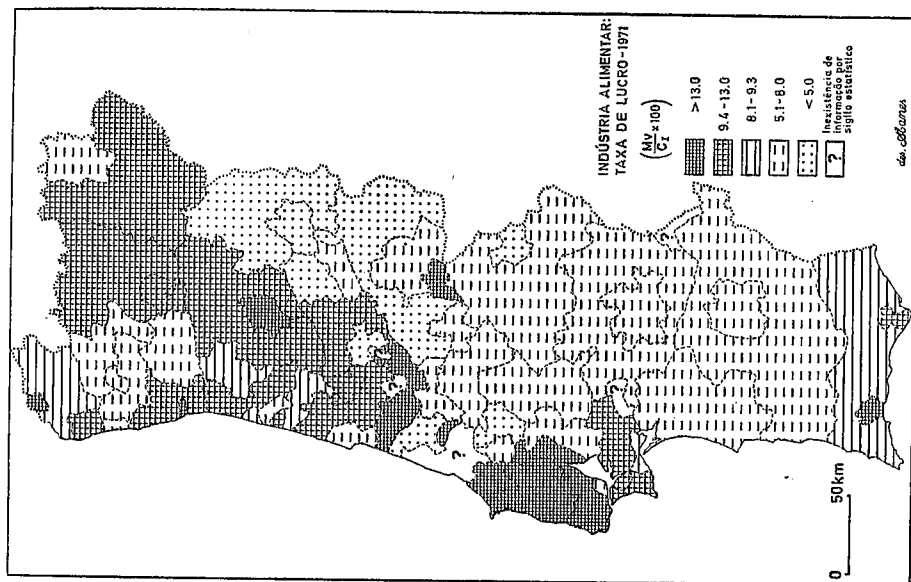


Fig. 11 — Repartição regional das taxas de lucro para a indústria alimentar (1971).

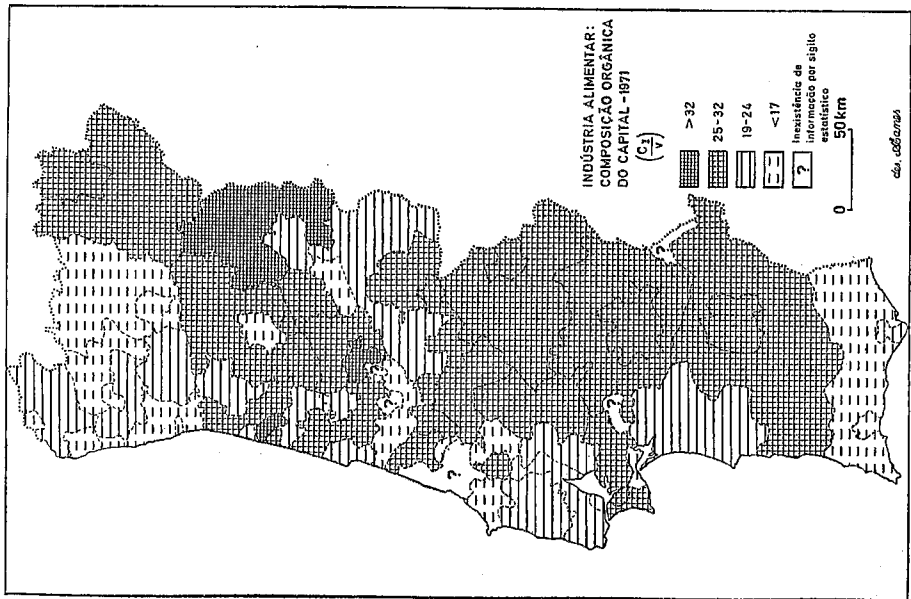


Fig. 10 — Repartição regional da composição orgânica do capital para a indústria alimentar (1971).

um obstáculo à obtenção de taxas de lucro que se aproximem da média nacional. A situação que assim se verifica não é, contudo, uma consequência «natural» das características próprias a estas áreas, reflectindo, antes, o papel que lhes tem sido atribuído na reprodução do capital em geral, isto é, o papel de reserva de mão-de-obra barata e disponível. E, dado que o papel atribuído a cada uma das áreas do país é definido, no essencial, a partir dos sectores produtivos mais avançados, pode concluir-se que a sobrevivência das unidades existentes no interior (cuja viabilidade se baseia quase que exclusivamente nos salários muito baixos que pagam) facilmente será posta em causa pela imposição de uma outra divisão territorial do trabalho resultante de novas necessidades de reprodução do capital financeiro, nacional e internacional. Trabalhos a desenvolver futuramente, em que se analisarão as transformações ocorridas após 1971, tentarão verificar até que ponto esta hipótese se confirma, empiricamente, para o caso português.

Compreende-se, pois, que a articulação regional dos diferentes estádios do modo de produção capitalista, evidenciada pela existência de dois níveis de perequação, não se confina ao campo da indústria transformadora mas, pelo contrário, se alarga de tal modo aos restantes sectores, que apenas se torna globalmente inteligível a partir da análise da totalidade da formação social portuguesa.

TIPOLOGIA DAS ÁREAS INDUSTRIAIS EM PORTUGAL (1971)

Os resultados das análises anteriores permitem apresentar uma tipologia provisória das várias áreas consideradas, de acordo com o modo como se encontram inseridas no processo de acumulação e valorização do capital dentro do sector industrial. Distinguem-se, assim, os seguintes conjuntos ⁽¹⁸⁾ (quadro 2):

⁽¹⁸⁾ Embora referentes a períodos mais recentes, tem interesse comparar com as tipologias apresentadas por A. LIPIETZ (1977) e R. GUGLIELMO (1981) para o caso francês.

QUADRO 2

Tipologia das áreas industriais em Portugal (1971)

Tipo de áreas industriais	Áreas incluídas	Grau de industrialização (1970)	Crescimento industrial (1965-71)	Remuneração per capita (1971)	Taxa de lucro (1971)	Taxa de exploração (1971)	Composição orgânica (1971)	Composição técnica (1971)	Observações	Nível dominante pareq. regional das T. I.
I — Principais metrópoles	11, 45	Médio-elevado	Médio-fraco	Média-elevada	$< \bar{x}$ nac.	Baixa	Baixa	Média-alta	Predomínio do papel de coordenação e gestão.	B
II — Áreas metropolitanas de I e prolongamentos	I. 1: 39, 40, 41 46	Elevado	Médio-elevado	Elevada	$> \bar{x}$ nac.	Variável	Média-baixa	Alta	Forte ligação ao capital financeiro nacional e internacional. Importância do papel de investigação.	A
	II. 2: 9, 12, 15	Elevado	Médio-elevado	Média	Variável	Média	Média	Média	Idem, mas menos acentuado. Ligação sobretudo indirecta com o capital estrangeiro (tecnologia, mercados).	Ambos
III — Áreas rurais periféricas a II	13, 16, 30*, 37, 47, 50	Médio	Elevado	Média-baixa	$> \bar{x}$ nac.	II ₁ - Alta II ₂ - Média-baixa	Baixa	Média-alta	Predomínio do capital industrial.	A
IV — Antigas áreas ind. dos distritos do litoral	25, 28, 29, 36, 55	Elevado	Variável	Média	$> \bar{x}$ nac.	Variável	Variável	Variável	Predomínio do capital industrial, por vezes familiar, mas com significativa penetração de capital financeiro nacional nalguns ramos e grandes empresas.	A
V — Antigas áreas ind. dos distritos do interior	21, 32	Médio-elevado	Fraco	Média	$< \bar{x}$ nac.	Média-baixa	Média-baixa	Média-baixa	Predomínio do capital industrial familiar, de origem local e pouco diversificado.	B
VI — Sedes de distrito	1, 4, 6, 8, 14 17, 20, 23, 27, 31, 35, 43, 48, 52, 54	Médio	Variável	Média	Variável, c/ ligeiro predomínio $> \bar{x}$ nac.	Variável, c/ ligeiro predomínio média-alta	Média-alta	Variável, c/ ligeiro predomínio média-alta	Importância do investimento estrangeiro directo.	Ambos
VII — Áreas não periféricas a II	As restantes	Fraco	Médio-fraco	Baixa	$< \bar{x}$ nac.	Média-alta	Alta	Média-alta	Predomínio do capital industrial.	B

* Embora com uma extensão que ultrapassa, de longe, as áreas que se podem considerar como periféricas a II, a sua inclusão neste grupo deve-se ao peso dominante que cabe aos concelhos localizados mais a sul, entre as unidades 28 e 47.

I) *Cidades de Lisboa e Porto*

Cabe-lhes, fundamentalmente, o papel de direcção e gestão; daí o elevado número de sociedades com actividade industrial que aqui localizam as suas sedes administrativas ⁽¹⁹⁾, assegurando não só a articulação com o exterior como entre as diferentes áreas do país e coordenando, portanto, o processo de integração crescente, em termos económicos e geográficos, anteriormente referido.

No que diz respeito às unidades industriais existentes, estas áreas apresentam-se internamente bastante heterogéneas, sendo sobretudo os sectores muito sensíveis à existência de aglomeração terciária, desde as pequenas oficinas de apoio à população ao ramo das artes gráficas e edição de publicações (este exigindo, ainda, elevado grau de acessibilidade), que continuam a desenvolver-se nestas duas cidades.

Na globalidade, as taxas de lucro abaixo da média nacional traduzem um complexo conjunto de factores, de que valerá a pena destacar o acentuado número de pequenos estabelecimentos, a fraca renovação de capital fixo de algumas unidades mais antigas e de maior dimensão, o elevado valor médio das remunerações pagas e, finalmente, o peso do ramo das «Artes Gráficas».

Refira-se, finalmente, que, em virtude do seu papel de capital do país, é sobretudo a Lisboa que cabem as funções de direcção do processo produtivo e de articulação com o exterior. Contudo, e dado que, neste aspecto, a distinção entre as duas cidades é mais quantitativa do que qualitativa, a sua inclusão num mesmo grupo, desde que ressalvadas as diferenças existentes, não parece incorrecta.

II) *Resto das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, com prolongamentos, para a segunda, em direcção a Aveiro e Coimbra*

As suas características são suficientemente diferentes de modo a justificar uma análise separada. De facto, e embora em ambos os casos se trate de áreas fortemente industria-

⁽¹⁹⁾ Embora referindo-se a datas posteriores — 1973 e 1974 — veja-se J. GASPAR (1977).

lizadas, com um crescimento médio elevado entre 1965 e 71 e com unidades bastante sensíveis a economias de escala e aglomeração, a Área Metropolitana de Lisboa apresenta-se internamente mais homogénea e globalmente numa situação mais favorável. Os valores que possui para os vários indicadores retidos permitem considerá-la como protótipo do grupo A (fig. 9), em que predomina a extracção de mais-valia relativa, o que não deixa de se relacionar com as fortes ligações que grande parte das unidades aí localizadas mantêm com o capital financeiro, nacional ou internacional ⁽²⁰⁾ (este não só sob a forma de investimento directo como ainda indirectamente, através de laços de dependência quanto a financiamentos, tecnologia e definição de mercados). Embora pouco desenvolvida, dado o carácter subordinado da economia portuguesa, é ainda nesta área que se concentra grande parte da investigação de carácter tecnológico que se pratica em Portugal fora da cidade de Lisboa.

Na Área Metropolitana do Porto e seus prolongamentos, em que a área 15 parece ser a mais dinâmica e a 12 a que coloca mais problemas, as ligações com o capital financeiro, nacional ou internacional, embora importantes, não se apresentam com a mesma intensidade que no caso anterior. Nomeadamente no que respeita àquele último, o seu papel parece traduzir-se mais em termos de dependência tecnológica (por exemplo, no ramo dos têxteis, em relação a fibras sintéticas e artificiais) e de alargamento de mercados do que em investimentos directos, o que não significa que, pontualmente, como no caso de algumas grandes empresas (Salvador Caetano, Efacec, Oliva, etc.) ou ramos (vestuário, por exemplo), não lhe caiba uma posição relevante.

No seu conjunto, esta área apresenta-se numa fase menos avançada do processo de valorização do capital, em grande parte devido ao facto de os salários se manterem relativamente baixos apesar de se tratar de uma área francamente industrializada. A acentuada dispersão do povoamento

⁽²⁰⁾ A análise do grau de penetração, a nível regional, do capital financeiro nacional e internacional baseou-se sobretudo em L. SALGADO MATOS (1973), M. B. MARTINS (1973), M. B. MARTINS e J. CHAVES ROSA (1979), INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1970 e 1972) e CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS (1981).

conjugam-se aqui com factores já referidos (forte ligação ao mundo rural, fraco grau de organização sindical, importância do trabalho em regime de *part-time* ou efectuado em casa, etc.), permitindo uma maior resistência à dissolução de formas de trabalho e modos de vida que o processo de industrialização em geral acarreta.

III) *Áreas periféricas a II*

Ainda fracamente industrializadas, apresentaram, contudo, um forte crescimento percentual entre 1965 e 71. Graças à sua posição acessível em relação às áreas mais urbanizadas e industrializadas do país, conjugam dois tipos de indústrias relativamente distintas: aquelas que se ligam a uma intensificação do aproveitamento de recursos aí existentes (indústrias alimentares e madeiras) e as que resultam de uma localização alternativa em relação a II, em busca de salários mais baixos (pequenas e médias unidades, relativamente intensivas em trabalho, como no caso das confecções e das metalomecânicas).

IV) *Áreas industriais tradicionais dos distritos do litoral*

Constituem verdadeiros enclaves industriais em áreas predominantemente rurais, prendendo-se as suas origens com a disponibilidade de certas matérias-primas (por exemplo, na indústria têxtil ou do vidro), energia e facilidade de transportes. De importância muito diferente (as áreas 28 e 35 destacam-se claramente das restantes) e com características muito variadas, constituem um bom exemplo de como a maior ou menor viabilidade dos sectores mais tradicionais se encontra dependente da conversão do processo produtivo através da penetração de capital financeiro. De facto, e embora na generalidade predomine o capital industrial, por vezes ainda de carácter familiar, a importância do capital financeiro, através da actuação de grupos quase sempre de origem nacional, encontra-se bem patente nos principais ramos (vidros da Marinha Grande, papel e celulose de Tomar, Constância, Lousã e Góis) unidades (por exemplo, Fábrica Mendes Godinho, Metalúrgica Duarte Ferreira e Companhia Nacional de Fiação

de Tecidos de Torres Novas, todas localizadas no triângulo industrial Torres Novas-Tomar-Abrantes) aí existentes.

É curioso verificar que das áreas incluídas neste conjunto, a única que apresenta uma taxa de lucro inferior à média nacional — Castanheira de Pêra/Ancião (29) — é precisamente a que possui menos ligações com o capital financeiro.

Como factor influenciador do desenvolvimento industrial da maior parte destas áreas não se pode esquecer, finalmente, a sua posição central em relação ao país, que justifica que a maior parte da produção se destine ao mercado interno (comércio ou outras indústrias). Sendo a origem da matéria-prima em muitos casos ainda fundamentalmente local, a sua articulação com o exterior do país é relativamente fraca, sobretudo se comparada com II. São, pois, áreas cuja valorização se baseia, primordialmente, na centralidade que apresentam em relação ao conjunto do território nacional.

V) *Áreas industriais tradicionais dos distritos do interior*

Com uma origem semelhante ao grupo anterior, o seu percurso no tempo foi, contudo, francamente diferente, dada a sua dependência em relação a um capital industrial familiar, de origem local, pouco diversificado (predomínio quase exclusivo dos têxteis) e imobilista (traduzindo-se num fraco grau de renovação do capital fixo existente) que, associado a condições de acessibilidade menos favoráveis, explicam a situação deficitária que apresentam e que se traduz na ocorrência de taxas de lucro inferiores à média nacional. Não deixa, por isso, de ser significativo que, ao contrário dos têxteis de algodão da área 9, nenhuma das sociedades aqui existentes consiga ocupar um dos primeiros cem lugares da lista publicada pelo I. N. E., que se baseia no valor de vendas ocorrido em 1971.

No seu conjunto, estas áreas constituem o melhor exemplo de uma divisão territorial do trabalho essencialmente sectorial (especialização regional por ramos) que, posta hoje em causa, coloca graves problemas de conversão.

VI) *Sedes de distrito (nomeadamente as do centro do país)*

Embora revelando um comportamento relativamente heterogéneo, apresentam condições que favorecem a existência de investimento estrangeiro directo: Grunding (Braga), Pextrafil (Viseu), Renault (Guarda), Finicisa (Portalegre) e Siemens (Évora) são os melhores exemplos dessa situação.

Tratando-se de áreas com salários relativamente baixos e, simultaneamente, com algumas vantagens de aglomeração terciária e condições de acessibilidade, não admira que aí se instalem unidades pouco exigentes no que respeita a qualidade de mão-de-obra e a solidariedade inter-industrial. A disponibilidade de força de trabalho barata torna-se um dos factores principais, sobretudo para a instalação de fases intermédias ou finais de circuitos produtivos mais vastos, que se reduzem, fundamentalmente, a um trabalho desqualificado de montagem. Ao contrário do que se verifica nas áreas anteriores (V), a divisão territorial do trabalho que aqui emerge tende a ser mais intra-sectorial (as várias fases de um mesmo circuito de produção — gestão, investigação, fabrico, montagem — localizam-se em regiões ou países diferentes) do que inter-sectorial (especialização regional num número escasso ou mesmo num único ramo).

Embora pouco numerosas, estas unidades, pela sua dimensão e pelo desenvolvimento tecnológico que apresentam, conseguem, geralmente, sobrepor-se à actividade dos restantes estabelecimentos de modo a caber-lhes, quase em exclusivo, a responsabilidade das elevadas taxas de lucro verificadas. Contudo, o percurso de industrialização que se observa nas sedes de distrito não se limita a estes casos, já que os maiores centros urbanos conciliam, ainda, o facto de constituírem razoáveis mercados locais com as vantagens da posição central que ocupam em relação a áreas mais vastas, por eles funcionalmente organizadas.

A observação da figura 12, onde se comparam o grau de industrialização e a ocorrência de taxas de lucro superiores à média nacional, permite evidenciar, mais uma vez, o papel das áreas III e VI no processo de integração crescente do território nacional. De facto, e à excepção do Nordeste que corresponde a casos especiais já referidos, estas são as

únicas onde, apesar de uma industrialização ainda relativamente fraca, se observam situações bastante favoráveis no que respeita às taxas de lucro alcançadas, o que se relaciona

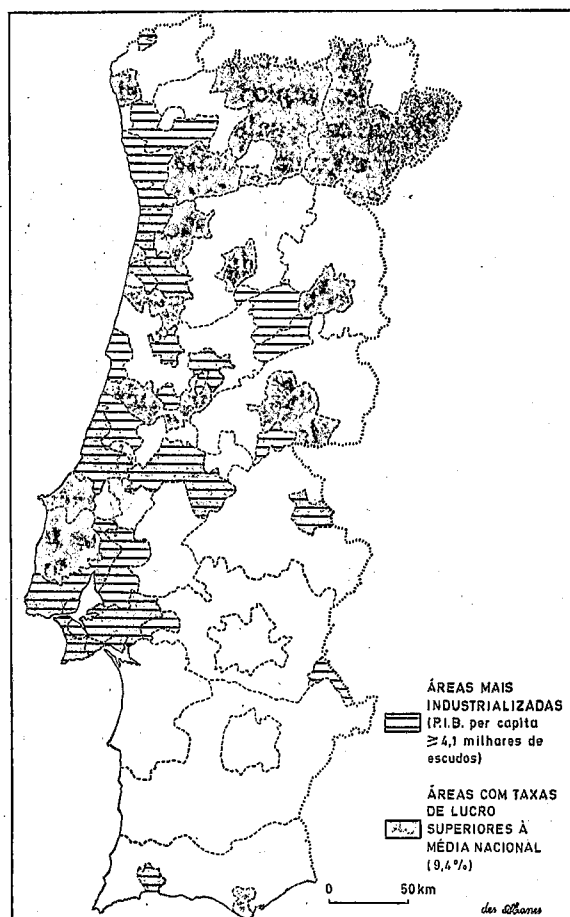


Fig. 12 — Relação entre as áreas mais industrializadas e a obtenção de taxas de lucro superiores à média nacional, para o conjunto das indústrias transformadoras (1971).

certamente com a existência de vantagens locativas, que facilitam a ocorrência de formas mais avançadas dentro do processo produtivo e, conseqüentemente, do modo de valorização do capital.

VII) *Áreas rurais mais marginais*

Com pequenas exceções de alcance pontual (celuloses de Vila Velha de Ródão e Mourão, por exemplo) apresentam um número reduzido de unidades industriais, de pequena dimensão e fortemente concorrenciais, por vezes sobreequipadas, com capital industrial predominantemente nacional, grande dependência em relação à banca e, em geral, taxas de lucro aquém da média nacional.

Este tipo de industrialização reflecte, afinal, os limites impostos pelo papel primordial que lhes é atribuído dentro da actual divisão territorial do trabalho, ou seja, o papel de reserva de mão-de-obra abundante e barata.

Embora nem sempre mutuamente exclusivos — Peniche, para dar apenas um exemplo, tem características comuns a III e IV — os diferentes tipos de áreas industriais considerados consubstanciam o modo como o capital tem valorizado as várias parcelas do território nacional, deixando adivinhar os factores que jogaram um papel de relevo nesse processo. Uma análise posterior, que tenha em conta a maneira como essa situação se transformou até hoje, torna-se agora indispensável para que se clarifique o conjunto de relações existentes entre as diversas fases de acumulação e valorização do capital e as diferentes divisões territoriais do trabalho que assim se vão gerando. Será, então, possível caminhar-se de modo mais seguro para a compreensão global da formação social portuguesa e para a superação dos mecanismos que a enfermam e limitam.

De facto, as alterações verificadas após a revolução de 25 de Abril de 1974 alteraram, em alguns aspectos substancialmente, a situação descrita. Grande número de empresas do sector privado entram em crise: a nova legislação laboral (nomeadamente a existência de contratos colectivos de trabalho de âmbito nacional, contribuindo para a diminuição de certas disparidades regionais) e o fortalecimento das organizações sindicais favorecem a elevação dos salários, pondo em risco a sobrevivência económica de numerosas unidades cuja valorização se baseava na extracção de mais-valia absoluta ou, pelo menos, na existência de níveis de remuneração muito baixos; detectam-se casos de fuga de capitais e técnicos e

verifica-se uma redução generalizada do investimento, nacional e estrangeiro. Simultaneamente, o Estado nacionaliza as indústrias de base (refinarias, siderurgias, químicas de base, estaleiros navais, cimentos, celulose, etc.) e intervém em mais de duas centenas de empresas, correspondentes a casos de fuga do patronato, sabotagem económica ou, pura e simplesmente, de falência. A nacionalização da banca possibilita-lhe, ainda, o controlo indirecto de um número avultado de sociedades.

Embora não dispondo de dados que permitam avaliar, empiricamente, as alterações entretanto verificadas, é possível imaginar que os dois níveis de perequação regional detectados tendam a desaparecer, sobretudo por desintegração do grupo B, dando origem a um padrão mais dispersivo. Menos fácil é saber se essa dificuldade de perequação, consequência não só das modificações observadas internamente mas ainda da crise, mais global, do próprio capitalismo, tem um carácter transitório ou apresenta, antes, uma tendência para se perpetuar. A futura integração de Portugal na comunidade europeia contribuirá, de certo, para remover parcialmente essa situação. Resta saber qual será o preço, para um grande número de unidades industriais, dessa reestruturação «necessária»...

REFERÊNCIAS

- CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS (1981) — *As Principais Empresas em Portugal*, Lisboa, Caixa Geral de Depósitos.
- CENTRO DE ESTUDOS DE PLANEAMENTO (1979) — *Localização do Emprego Industrial*, Lisboa, Centro de Estudos de Planeamento.
- EMMANUEL, A. (1976) — *A Troca Desigual — I*, Lisboa, Estampa.
- GASPAR, J. (1977) — «A localização das sedes das principais sociedades em Portugal», *Finisterra*, XII (23), p. 160-168.
- GUGLIELMO, R. (1981) — «Le redéploiement industriel en France». *Herodote*, 23, p. 33-69.
- HADJIMICHALIS, C. (1980) — *The Geographical Transfer of Value*, tese de doutoramento não publicada, Los Angeles, University of California.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1970) — *Principais Sociedades*, Lisboa, I. N. E.
- (1972) — *Principais Sociedades*, Lisboa, I. N. E.
- JENSEN-BUTLER, C. (1981) — *Capital Accumulation, Regional Development and the Role of the State*, Aarhus, Geographical Institute.
- LIPIETZ, A. (1977) — *Le Capital et son Espace*, Paris, François Maspero.
- MARTINS, M. B. (1973) — *Sociedades e Grupos em Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa.

- MARTINS, M. B. e CHAVES ROSA, J. (1979) — *O Grupo Estado*, Lisboa, Edições Jornal Expresso.
- MARTINS PEREIRA, J. (1974) — *Indústria, Ideologia e Quotidiano*, Lisboa, Edições Afrontamento.
- MASSEY, D. (1978) — «Regionalism: some current issues», *Capital and Class*, 6, p. 106-125.
- MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA (1977) — *Plano a Médio Prazo 1977-80: Diagnóstico de Situação e Estratégia de Desenvolvimento da Energia e das Indústrias Extractivas e Transformadoras*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- SALGADO MATOS, L. (1973) — *Investimentos Estrangeiros em Portugal*, Lisboa, Seara Nova.
- SEMMMLER, W. (1982) — «Competition, monopoly and differentials of profit rates: theoretical considerations and empirical evidences», *The Review of Radical Political Economics*, 13 (4), p. 39-52.
- VERGOUPOLOS, K. (1978) — «Capitalismo disforme», in S. AMIN e K. VERGOUPOLOS, *A Questão Camponesa e o Capitalismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, p. 57-233.

RÉSUMÉ

Variation régionale des taux de profits de l'industrie transformatrice au Portugal (1971). Cet article analyse la variation des taux de profits de l'industrie transformatrice en 1971 par aires et branches d'activités.

Les résultats obtenus permettent de constater que les taux atteints dépendent de la modalité dominante de la valorisation du capital — prédominance de l'extraction de la plus-value absolue (tirée de la surexploitation de la force de travail) ou relative (résultat de l'intensification de la productivité du travail) — ce capital, à son tour, est fonction de la coexistence de différentes phases de développement du mode de production capitaliste: concurrentiel et monopoliste.

L'ensemble des indicateurs choisis et le rôle attribué à chacune des unités spatiales à l'intérieur de la division territoriale du travail permettent, enfin, de proposer une typologie des aires industrielles au Portugal pour l'année étudiée.

SUMMARY

Variation of profit rates in manufacturing in Portugal (1971). In this article, the variation of profit rates in manufacturing is analysed in areas and in branches for the year 1971.

The results obtained show that the acquired rates depended on the main type of capital valorization — predominance of absolute surplus value extraction (based on over exploitation of the labour force) or relative surplus value extraction (resulting from the intensification of the labour productivity) — which, for its part, is related to the coexistence

of different phases in the development of capitalist mode of production: competitive and monopolist.

Finally, the set of selected indicators and the role attributed to each one of the spatial units within a territorial division of labour, permits a proposal of types of industrial areas in Portugal.